



MINISTÉRIO PÚBLICO DA PARAÍBA
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
Comitê de Tecnologia da Informação

ATA DA DÉCIMA SÉTIMA REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO.

Aos nove (9) dias do mês de março do ano de dois mil e nove (2009), às nove horas e trinta minutos (9h30), na Sala da Comissão de Licitação, reuniu-se ordinariamente o **Comitê de Tecnologia da Informação**, instituído pela INSTRUÇÃO NORMATIVA GPGJ nº 003/2007, de 1º de outubro de 2007 e designado pela Portaria Nº 1.392/2007, publicada no 2º caderno do Diário da Justiça do dia 11 de outubro de 2007, composto pelos seguintes Membros: **Procurador de Justiça Alcides Orlando de Moura Jansen, Secretário-Geral do Ministério Público Cláudio Antônio Cavalcanti, Promotor de Justiça Gustavo Rodrigues Amorim, Diretora de Planejamento Arlinda Maria Pimentel Rodrigues Leite, Diretora de Tecnologia da Informação Maria José Gomes de Oliveira, Assessor de Informática Daniel Cavalcanti Lins Falcão** e, conforme Portaria nº 059/2009, **o Promotor de Justiça Corregedor João Geraldo Carneiro Barbosa**, como representante da Corregedoria-Geral do Ministério Público. Também se fez presente à reunião o Chefe do Departamento de Desenvolvimento de Sistemas Jefferson Ferreira Barbosa. A reunião foi coordenada pelo Procurador de Justiça Doutor Alcides Orlando de Moura Jansen, que abriu os trabalhos invocando a proteção de Deus. Em seguida, Dr. Alcides submeteu à aprovação dos presentes a Ata da 16ª Reunião Ordinária do Comitê de Tecnologia da Informação do Ministério Público; aprovada, todos os membros presentes assinaram o referido documento e, como de praxe, o Dr. Alcides pediu que a Diretora de Planejamento – Secretária do Comitê -, encaminhasse através de ofício uma cópia daquela peça à senhora Procuradora-Geral de Justiça. Antes de fazer a leitura da pauta do dia, Dr. Alcides passou a palavra para o representante da Corregedoria-Geral no Comitê. Com a palavra, Dr. João Geraldo explanou aos presentes que sugeriu ao Corregedor-Geral do Ministério Público Dr. Paulo Barbosa, implantar naquele Órgão uma pasta eletrônica individual para cada Promotor de Justiça com vistas a armazenar relatórios de

inspeção, RAF, enfim, documentos pertinentes a vida funcional de cada Membro, visando à consulta *on-line* dos membros integrantes da Corregedoria-Geral. Debatido o assunto, chegou-se a conclusão quanto à sua viabilidade, sendo inicialmente necessário adquirir para a Diretoria da Corregedoria um (01) scanner para digitalizar os documentos até que a Instituição abandone definitivamente o processo de papel. O assunto foi aprovado por unanimidade pelos membros do Comitê e a Diretora de Tecnologia da Informação Maria José ficou de providenciar a aquisição do scanner. Retomando a palavra, Dr. Alcides passou a discutir os assuntos do dia perguntando a Diretora Maria José sobre a situação das Promotorias de Justiça que não dispõem de estrutura física para receber a Rede Wan/Internet, bem como quando se dará o aumento de velocidade do *link* da Sede do MPPB e o cronograma de instalação nas demais Promotorias do Estado. Com a palavra, a Diretora Maria José informou que o processo de estrutura física de rede encontra-se na Comissão de Licitação e o edital será publicado ainda esta semana, pois a Procuradora-Geral Dr^a Janete, solicitou prioridade absoluta para realização desse certame. Disse ainda que algumas sedes ministeriais do Interior do Estado já possuem estrutura de rede, a exemplo de Pombal, Sousa, Campina Grande, dentre outras, portanto, a Empresa Oi, dará início aos trabalhos por estas que já possuem a estrutura física apropriada e ainda acrescentou: *"o pagamento mensal à mencionada empresa será de acordo com os pontos instalados"*. Ainda com a palavra, a Diretora de TI Maria José falou aos presentes que em reunião realizada com o representante da operadora Oi, ficou acordado que o aumento do *link* da Sede e a entrega do cronograma de instalação nas demais Promotorias à DITEC está programado para o dia vinte e três (23) de março do corrente mês. Dando sequência a abordagem dos temas, Dr. Alcides solicitou que o Chefe do Departamento de Desenvolvimento de Sistemas Jefferson apresentasse em *data show* o novo Sistema de Recursos Humanos já com alguns dados inseridos, e informasse a previsão de conclusão dos trabalhos de digitação. Com a palavra, o Jefferson fez uma explanação das linhas gerais do Sistema de RH e informou aos presentes que todos os dados cadastrais e todas as anotações funcionais dos Procuradores de Justiça que estão em atividade já estão inseridos no sistema, e que a equipe de digitadores continua alimentando o programa com informações cadastrais dos Promotores de Justiça de 3^a Entrância, com previsão para conclusão em 21 de abril do corrente ano. Após a apresentação de Jefferson os membros do COMTI elogiaram o Sistema de RH e ressaltaram o esforço da equipe de desenvolvimento, mas fizeram algumas considerações para melhoria do programa e ficaram preocupados com o tempo de execução dos serviços de desenvolvimento da primeira fase do software, digitação e conferência. Fazendo uso da palavra, o Secretário-Geral Dr. Cláudio parabenizou o Comitê pela inclusão do representante da Corregedoria Dr. João Geraldo, em substituição ao Dr. Alexandre César que deu efetiva e valiosa contribuição ao COMTI. Disse ainda, que da maneira como o programa de RH esta sendo desenvolvido deixa transparecer que a equipe quer exaurir todos os detalhes e, neste

momento, não apenas realizar a digitação de dados cadastrais. O Chefe de Departamento Jefferson esclareceu que a equipe de programação precisa ir realmente a detalhes, para evitar que os digitadores tenham que retornar para a ficha funcional do Membro posteriormente. Com a palavra, Dr. João Geraldo expôs que concorda com o Dr. Cláudio e sugeriu que os técnicos não fossem a tantos detalhes de aperfeiçoamento, pois em todo sistema de informática sempre haverá necessidade de novas implementações. Nesse momento, Dr. Alcides declinou que pela apresentação o programa hoje contempla a digitação de dados históricos, que são importantes, mas o Departamento de Recursos Humanos precisa emitir também relatórios, como por exemplo: tempo de serviço, férias e licença prêmio, que são informações bastante requisitadas pela Secretaria-Geral, Membros e Servidores. Diante de tais argumentações, o Dr. Cláudio fez uso da palavra e solicitou a Diretora de Planejamento Dr^a. Arlinda que agendasse uma reunião, para esta semana, com a Diretora Administrativa, Chefe do Departamento de Recursos Humanos, enfim, com toda a equipe que está envolvida no desenvolvimento e digitação do Sistema de RH, no sentido de planejar as ações a serem implementadas no programa e, se for o caso, terceirizar a digitação das informações, com vistas a dar celeridade aos trabalhos. Retomando a palavra, Dr. Alcides propôs ao Secretário-Geral Dr. Cláudio analisar a possibilidade de já na próxima reunião ordinária do Comitê, prevista para o dia seis (06) de abril do corrente ano, apresentar aos membros um cronograma definitivo para conclusão dos trabalhos de digitação e finalização do Sistema de Recursos Humanos. Logo depois de exaurido o assunto, Dr. Cláudio pediu licença para ausentar-se da reunião, pois precisava tratar de assuntos urgentes com a Procuradora-Geral de Justiça. Retomando a pauta, Dr. Alcides solicitou a Jefferson para providenciar no sítio do MPPB um *link* para se extrair a Declaração Anual de Rendimentos – DAR para fins de confecção do IRPF – Imposto de Renda Pessoa Física, a exemplo do que fez o Tribunal de Justiça e perguntou ainda sobre a possibilidade de emissão do contracheque aqui na Instituição. Disse ainda aos presentes que manteve contato com o Chefe do Departamento de Pagamento de Pessoal João Marques, no sentido de solicitar providências para que no comprovante de rendimentos do ano de 2010, seja substituído o nome de Órgão pagador Secretaria de Finanças do Estado para Ministério Público do Estado da Paraíba. Com a palavra, o Chefe de Departamento Jefferson informou que a solução encontrada emergencialmente para que Membros e Servidores acessem o sítio do MPPB e possam extrair a DAR, foi disponibilizar um atalho que direciona para o sítio do Governo do Estado e quanto a emissão de contracheque esclareceu que manteve contato com o técnico da Secretaria de Administração do Estado Joubert, mas com a mudança do Secretário os entendimentos sobre o assunto estão temporariamente paralisados. Dando prosseguimento a pauta da reunião, Dr. Alcides informou aos membros presentes que o Superior Tribunal de Justiça assinou um protocolo com o Tribunal de Justiça da Paraíba para que a partir de Maio/2009, os processos em grau recursal só sejam remetidos àquela Corte Superior virtualmente. Para tanto, disse que o STJ realizará

treinamento com os técnicos do Tribunal de Justiça, para virtualização dos processos. Continuando, Dr. Alcides solicitou que Maria José mantivesse contato com a Secretária de Tecnologia do TJPB para viabilizar a participação de técnicos do MPPB no treinamento a ser ministrado pelo STJ. Com a palavra, Maria José informou que em reunião no dia 06 de março do mês em curso com a Secretária de Tecnologia do TJPB, Dr^a. Lourdes Maria, objetivando dar andamento ao Convênio de cooperação técnica na área de tecnologia com vistas à implantação do processo virtual, ficou acordada a atualização do documento por parte desta Instituição e posterior remessa para fazer juntada ao processo nº 24467-0/2008. Durante a reunião também ficou definida a indicação do técnico do MPPB Bruno para realizar, juntamente com a equipe de tecnologia do TJPB, a interoperabilidade dos Sistemas MPPB/TJPB. Disse ainda, que quando for remeter a minuta do Convênio ao Tribunal de Justiça, solicitará a Secretária de Tecnologia incluir técnicos desta Instituição no treinamento a ser ministrado por instrutores do Superior Tribunal de Justiça sobre a virtualização do processo em grau de recurso. Neste momento, o Dr. João Geraldo comentou que é imprescindível a participação dos técnicos nesse treinamento, pois os processos que seguem para o STJ, normalmente têm a participação do Ministério Público. Dando sequência aos assuntos do dia, Dr. Alcides informou que analisou durante um (01) mês o acesso *on-line* ao Juris Plenum, mas chegou a conclusão de que o produto, conquanto muito satisfatório em matéria doutrinária, em termos de jurisprudência não rivaliza com outros existentes no mercado, que permitem acesso *on-line* com custos menores do que o apresentado; por isso, na sua visão, o Juris Plenum Ouro por enquanto não atende às expectativas da Instituição. Diante dessas considerações e da avaliação realizada pelos demais Membros que integram o Comitê, pediu para registrar em ata que o COMTI desaconselha a aquisição do produto em larga escala. O assunto foi aprovado por unanimidade dos presentes e em face desta decisão, o Coordenador solicitou à Secretária do Comitê que providenciasse junto ao Representante Comercial da Editora Plenum Ltda. a devolução, por ofício, do DVD e livro doutrinário de demonstração, bem como registrasse o agradecimento pela atenção dispensada a Instituição, especificamente, aos membros do COMTI. Ainda com a palavra, Dr. Alcides perguntou à Diretora Maria José quando será realizada a entrega dos *notebooks* aos Promotores de Justiça e sugeriu que no ato da entrega do equipamento, este já esteja com o antivírus instalado, bem ainda que se estudasse a possibilidade de disponibilização da ferramenta jurídica que atualmente é utilizada nos gabinetes dos Procuradores (Magister Net). Com a palavra, Maria José informou que no próximo dia onze (11) de março chegarão setenta e oito (78) *notebooks*, pois tem a informação que já se encontram na transportadora e que o restante, isto é, cento e trinta e dois (132) equipamentos aportarão na Instituição no dia dezessete (17) de março do ano em curso. Disse ainda, que os técnicos irão testar e preparar os equipamentos, portanto, até o dia vinte e sete (27) de março do corrente ano, todos os *notebooks* estarão prontos e a Procuradora-Geral Dr^a

Janete, poderá agendar uma data para entregar aos Promotores de Justiça. Quanto a aquisição da ferramenta jurídica disse estar encaminhando para os setores responsáveis pela aquisição a análise da proposta formulada pela Editora, podendo adiantar que no Tribunal de Justiça, foram adquiridas a preço bem acessível cerca de 300 (trezentas) licenças. Fazendo uso da palavra, Dr. João Geraldo sugeriu incluir no Termo de Responsabilidade a ser assinado pelos Promotores de Justiça no ato de recebimento dos novos equipamentos portáteis, um campo para que o mesmo, facultativamente, informe seu e-mail pessoal, bem como indicou que o Departamento de Recursos Humanos poderia aproveitar a oportunidade para, através de um formulário ou outro recurso disponível, atualizar os dados cadastrais dos Membros. Neste momento, Dr. Alcides solicitou a Dr^a. Maria José que no dia da entrega dos equipamentos, disponibilizasse um técnico com a finalidade de fazer *e-mail* para o Membro que ainda não tem e que, porventura, na ocasião, solicite a criação do seu correio eletrônico. Pedindo a palavra, Dr. Gustavo solicitou registrar em ata que é necessário ficar claro para o Promotor de Justiça que o fornecimento do e-mail pessoal se dará de forma voluntária. Fazendo uso da palavra, Dr. João Geraldo disse que na forma sugerida acima, já resta mais do claro que a informação a ser prestada pelo Membro do Ministério Público é voluntária. Retomando a pauta, Dr. Alcides perguntou a Dr^a. Arlinda sobre as informações a serem inseridas no sítio do MPPB em cumprimento a Recomendação nº 10/2008-CNMP. A Diretora Arlinda informou que a Diretoria Administrativa já concluiu o trabalho, mas faltava submeter a apreciação do Secretário-Geral para, logo após, disponibilizá-lo em um *link* no sítio da Instituição. Retomando a palavra, Dr. Alcides perguntou a Maria José sobre a implantação do Sistema Arquimedes, treinamento em TI e o andamento do processo para aquisição da tecnologia de acesso 3-G para os *notebooks* dos Gabinetes dos Procuradores de Justiça. Na sequência, Maria José informou que a implantação do Arquimedes está dentro do cronograma previsto; sobre o treinamento em TI, está agendada para hoje à tarde uma reunião com o Coordenador do CEAF Dr. José Raimundo, para apresentar as necessidades dos usuários; uma cartilha elaborada pelos técnicos de informática e definir um calendário de realização dos cursos. Ressaltou que os servidores indicados pelos setores para os treinamentos, normalmente, são aqueles que não trabalham com o microcomputador, então os cursos de TI não diminuem a demanda de chamadas ao Departamento de Suporte. Quanto ao processo de acesso 3-G, o mesmo encontra-se na Diretoria Administrativa, por falta de proposta de orçamento, desde o ano passado. Retomando a palavra, Dr. Alcides perguntou ao Técnico Daniel sobre o Sistema de Procedimentos Extra-Judiciais – PROEJ, desenvolvido pelo Ministério Público de Sergipe. Daniel comentou que fez uma análise do sistema e observou que faltam algumas funcionalidades, além do mais o PROEJ contempla apenas procedimentos extrajudiciais. Acrescentou ainda, que o Sistema Arquimedes está no mesmo escopo e é mais completo. Fazendo uso da palavra, Maria José expôs aos membros presentes que conversando com a Procuradora-Geral

sobre o Projeto de Modernização da DITEC, no tocante ao número reduzido de técnicos na área de desenvolvimento para atender as necessidades de desenvolvimento da Instituição, a Dr^a Janete sugeriu fazer estudos no sentido de viabilizar a terceirização nesta área, a exemplo de como faz o Tribunal de Justiça, com vistas a dar celeridade as nossas ações. Retomando a pauta, Dr. Alcides propôs ao membros do COMTI sugerir a Procuradora-Geral analisar a possibilidade de contratar uma consultoria para elaborar um Plano Diretor de Informática – PDI, sendo a propositura aprovada por unanimidade dos presentes. Ato contínuo, solicitou que a Secretária do Comitê expedisse ofício ao Gabinete para dar a Dr^a Janete conhecimento do assunto. Fazendo uso da palavra, Dr. Gustavo ressaltou que, ademais, no Projeto PRÓ-MP, a elaboração de um PDI é uma das exigências para os Ministérios Públicos de todo o Brasil. Dando sequência, Dr. Alcides informou aos presentes e pediu para registrar na ata que as notícias do Ministério Público paraibano retornaram a ser exibidas no sítio do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais – CNPG. Nada mais havendo a tratar, o senhor Coordenador deu por encerrados os trabalhos, e Eu, _____, Secretária, lavrei a presente Ata, que assino com os demais Membros do Comitê de Tecnologia da Informação do Ministério Público da Paraíba. Em João Pessoa aos 09 de março de 2009.

Alcides Orlando de Moura Jansen
Procurador de Justiça – Coordenador

Cláudio Antônio Cavalcanti
Promotor de Justiça/Secretário-Geral

João Geraldo Carneiro Barbosa
Promotor de Justiça Corregedor

Gustavo Rodrigues Amorim
Promotor de Justiça

Arlinda M^a Pimentel R. Leite
Diretora de Planejamento - Secretária do COMTI

Maria José Gomes de Oliveira
Diretora de Tecnologia da Informação

Daniel Cavalcanti Lins Falcão
Assessor de Informática